

## COGNIÇÃO E LINGUAGEM SOBRE O ESPAÇO NO TEMPO EM GEOGRAFIA

---

*Paula Bordalo Lema*

Cognição e Linguagem são importantes em Geografia, desde as origens, perante a pertinente interrogação sobre a superfície da Terra e a localização relativa, suscitando uma linguagem por palavras ou descrições escritas e mapas esboçados, como linguagem específica da Geografia acerca das configurações da superfície terrestre.

Cognição e Linguagem expressa por palavras e mapas suscitaram controvérsia que foi acentuada pela Revolução Coperniana.

Com a Renascença, as ideias de Humanismo e Utopia influenciaram a configuração de mapas sobre espaços e territórios, em que se sobrepunha a linguagem e representação num só plano sem diferenciações de distâncias e contrastes. Ao mesmo tempo, alargava-se o conhecimento sobre o Mundo, assim como a representação e linguagem pelos portulanos e mapas, até que no século XVII o périplo mundial foi completado.

Cognição e Linguagem incidiu então na indagação sobre o espaço e território nacional, em pleno Absolutismo, suscitada pelo Monarca em relação ao Estado. No século XVIII, a tendência acentuou-se e o esforço de consolidação do poder real no Estado suscitou uma cognição e linguagem escrita ou expressa em mapas e Estatística para avaliação de recursos e, ao mesmo tempo, para garantir a coesão dos dife-

rentes espaços no território nacional, a(s) região(ões) (*de Regere*). Houve também a preocupação pelo Planeamento na capital, utilizando uma linguagem, menos relacionada com a cognição empírica e a experiência quotidiana mas mais sistemática e funcional, regular e segmentada, assim como uma representação do espaço em quadrícula: é a época da construção de Versailles ou de S. Petersburgo e a dos planos de reconstrução da Baixa Pombalina em Lisboa. No final do século XVIII, realçaram muitas vontades e acções de cognição sobre espaços do País, numa linguagem multifacetada sobre populações e meios de vida, actividades e tráfego, eivadas de intuítos reformistas.

Instaurado o Liberalismo, a Modernidade no século XIX foi estimulada em Planos e Projectos grandiosos para a construção do espaço, em especial na capital, mediante uma linguagem em que as Avenidas (Novas), as Rotundas, o Campo Pequeno e o Campo Grande, construídos na cidade de Lisboa, foram um género bem definido e estabelecido com grande empenho.

O alargamento e especificidade de actividades, de iniciativas, de espaços vividos e construídos, de ideias, multiforme e diversificado, intensificou-se no século XX. Atendeu-se cada vez mais à sistematização que não deve ser um modelo fechado nem rígido. Assim como os Sistemas de Informação Geográfica não podem deixar de atender à observação, conhecimento empírico e dedutivo ao mesmo tempo; porque não se reduzem a uma compilação de dados, nem se afastam do espaço vivido, não estão desligados do conhecimento e da consciência e, deste modo, contribuem para a Informação Geográfica. A Geografia em constante evolução e modificação, pela acção humana à superfície da Terra, por diferentes processos e formas no espaço, revela e suscita Cognição e Linguagem e neste contexto se deve assumir uma perspectiva crítica como a que salienta Roger Brunet, *Les Mots de la Géographie, dictionnaire critique* (1992).

## **I. COGNIÇÃO E LINGUAGEM**

### **1. Cognição e Representação**

A Cognição atende a processos cognitivos que implicam o **conhecimento** e a **consciência**. Não é, portanto, independente do sujeito e agente. Uma questão pertinente é, portanto, o da relação da **cogni-**



ção com a percepção, com a **linguagem**, a acção ou outras formas de cognição.

Supor uma realidade independente das representações é pressupor também um processo de cognição pelo cérebro relacionando o ser com o mundo. Admitir o **nível mais elevado** do que a estrutura molecular dos neurónios e neurotransmissores, é considerar as propriedades causalmente emergentes do comportamento e constrangidas, pois que explicar a cognição é referi-la às características do mundo, real ou aparente mas **conscientes**. A cognição processa-se, pois, por uma relação de símbolos que são **representações** que codificam a informação sobre o mundo através da percepção.

Admite-se assim a diferença entre a **descrição** através de uma compilação **racional** e a **cognição** que, ao contrário do processo primeiro referido, atende à informação: é o contrário do primeiro, de carácter descritivo que não processa informação, por não atender a **representações** e **símbolos** sobre os quais se elabora a **informação**.

Podemos atribuir sentido empírico aos conceitos do processamento da informação pela representação, de modo que o processamento da informação da ciência cognitiva tenha validade como disciplina empírica? A **representação** relacionada com a **experiência** provoca causalmente o **comportamento**, e este conteúdo **intencional** está num nível emergente do processo cerebral, satisfazendo ao mesmo tempo um constrangimento da realidade causal: por exemplo, mesmo quanto a uma regra aceite em geral e que é **normativa** do ponto de vista do agente do **conhecimento**, para quem aquela regra aceite e reconhecida em geral determina o que é certo e errado. O **comportamento** de seguir uma regra é um constrangimento da realidade causal, mas há um conteúdo **intencional** intrínseco, um conteúdo semântico da regra que está causalmente a provocar o **comportamento**. As regras têm, portanto, um modo de apresentação ou de **representação** com uma intenção e força, de modo que, nos comportamentos segundo as regras, estas ou são **conscientes** ou são acessíveis à **consciência**. A **consciência** é, portanto, essencial e os termos em que a regra é enunciada devem fazer parte do repertório **cognitivo** do agente do comportamento, da **representação** e interpretação do **conhecimento**.

Assim, a cognição e explicações que fazem apelo a estados e processos cognitivos devem atender a conceitos e conteúdos semânticos disponíveis para o agente do **conhecimento**. Por isso, o comporta-

mento segundo as regras é voluntário e não é causalmente suficiente, estando sujeito a interferência e interpretação.

## **2. Cognição nas Ciências Sociais/Ciências Naturais ou Físicas e Processos Cognitivos em Geografia**

Na Cognição poderá, então, admitir-se que envolve factores relativos ao **observador** e independentes do observador? Poderá mesmo considerar-se que as ciências sociais são relativas ao **observador** e que as ciências da natureza ou da física lidam com aspectos independentes do observador?

A ideia de aceitar formas de explicação **intencionalistas** é uma tendência moderna. A intencionalidade nas ciências sociais é mais aceite, enquanto que nas explicações da Natureza ou da Física, que não referem qualquer intencionalidade, é uma ideia mais difícil de aceitar. Assim, na descrição de termóstato parece óbvio que o nível de explicação satisfizesse o constrangimento da realidade causal: o termóstato apresenta-se como um sistema físico para se efectuar como se estivesse a seguir regras computacionais; mas, de facto, o funcionamento do termóstato segundo regras é inteiramente relativo ao observador. A distinção, entre a independência do observador de certos factos descritos matematicamente e a relatividade ao **observador** da computação dos factos, não é simples e reveste-se actualmente de grande importância.

A tendência moderna é de reacção ao divórcio entre as ciências naturais ou físicas, por um lado, e as ciências sociais, por outro lado, relacionando-as com o observador e com a sociedade e, portanto, com as ciências sociais. Este divórcio é, com efeito, muito discutível, e atende-se à interferência, tanto da mediação na **cognição** através da percepção e da memória, como de factores do comportamento no contexto da sociedade.

**Informação, representação, símbolo, sintaxe, interpretação semântica ou cálculo**, usados na ciência **cognitiva**, são relativos ao **observador** e, portanto, o modelo clássico não pode corresponder simplesmente ao constrangimento da realidade causal. Há, portanto, um dilema no modelo clássico: as noções cruciais da cognição ou são tomadas num sentido relativo ao observador ou são tomadas num sentido independente do observador: se, no primeiro caso, as explicações falham no cumprimento do constrangimento da realidade causal, no



segundo caso a explicação falha também; nenhuma das opções é geralmente aceite.

Tanto nas ciências sociais, como nas ciências naturais ou físicas, a **informação** é elaborada pelo **agente**, é relativa ao **observador**. O erro então é tomar a computação e a informação relativas ao observador como sendo provocadas pela realidade causal mas, por outro lado, também as posições opostas quanto a descrições intencionalistas dos processos cognitivos relativas ao observador consequentemente não cedem a explicações pela realidade causal. A representação depende do observador e levanta outra questão: a da cognição ou explicação do processo de informação nos processos cognitivos do agente em que não podemos aceitar que o processamento da informação do agente só existe relativamente à sua intencionalidade, porque então não explicámos a intencionalidade a que se refere todo o seu processo cognitivo. Se pensarmos na informação como só existindo relativamente a nós – o observador – então não satisfazemos o constrangimento da realidade causal porque não identificámos um facto, independente da teoria do conhecimento pelo observador, que corresponda aos dados que é suposto ela explicar. Então, para as explicações da ciência cognitiva satisfazerem o constrangimento da realidade causal, terão de fazer apelo a **informação** que é intrínseca ao **agente** e informação que é independente do observador mas que é semântica e **representação**. Assim, as explicações em ciências sociais podem satisfazer o constrangimento da realidade causal, apesar de apelarem a condições relativas ao observador; a explicação do fenómeno é relativa ao observador, estando implícita a referência aos agentes humanos, percepção, **representação**, mediação, intencionalidade e acção em relação a um facto.

Assim como, quanto à **cognição** e comportamento, as regras não se sobrepõem nem abafam um conteúdo **intencional** intrínseco e **consciente**, em Geografia a **informação**, corresponde a processos **cognitivos** que implicam o **conhecimento** e a **consciência**. A **representação** da superfície da Terra, a qualquer escala, não é independente do **observador** e as leis ou regras gerais têm um valor semântico acessível à consciência. No Planeamento, mais do que o carácter legal, prevalece a legitimação social do Planeamento para a Sociedade, atendendo não só à **intencionalidade do agente** que empreende a decisão mas também à dos **agentes**, homens e mulheres, à superfície da Terra, no Espaço Vivido e no Quotidiano.

### **3. Linguagem, Representação, Exteriorização, Comunicação**

A **intencionalidade** intrínseca corresponde à **intencionalidade do agente** que tem modos de expressão e comunicação através da **linguagem**.

A **linguagem** como expressão tem um significado de **representação** de uma imagem ou modelo, com elementos relativos a coisas e sua localização relativa, e uma estrutura que espelha a relação das coisas que representa.

Representação, Cognição e Linguagem traduzem-se, para além das relações fenomenológicas, na relação com a interioridade humana e exteriorização – consciente, intencional e volitiva, tanto no âmbito interpessoal como social, em diferentes perspectivas e contextos no espaço e no tempo.

Através da **linguagem**, os homens transmitem palavras sobre as coisas. Há um valor normativo interpessoal e social das palavras e, portanto, uma relação interior-exterior, ou seja, capacidade volitiva de transmitir por palavras aspectos e formas do mundo ou de um facto, que queremos comunicar, cuja veracidade é concertada na relação com o exterior. A intencionalidade é importante assim como a consciência e ainda o valor semântico e normativo com significado interpessoal e social. *Mutatis Mutandis*, a **linguagem** configura o mundo e os factos pelas palavras consoante a experiência e a cultura.

A **linguagem** em Geografia, desde as origens intencional e volitiva, impulsionada para a descoberta do Mundo, expressou-se por palavras consubstanciadas em descrições emanescuentes da experiência ou do imaginário ou da utopia, que perduraram em textos antigos depois divulgados pela difusão da Imprensa e avidamente apreciados; foi também elaborada em Cartografia e Mapas Mentais; mais recentemente é também configurada, não só em mapas mas em Representações Gráficas, Matrizes e Sistemas de Informação Geográfica.

## **II. EPISTEMAS DO CONHECIMENTO NO ESPAÇO-TEMPO**

### **1. Sobreposição de âmbitos de Cultura e de Conhecimento, de Epistemas, segundo Michel Foucault**

Na **cognição** e formas de conhecimento, não podemos deixar de destacar, como fulcral, a obra de Michel Foucault sobre a linguagem



relacionando diferentes **Epistemas** – “*Les mots et les Choses*”. Admite um relacionamento ou **ordem** apreendida pela **experiência** e que radica no carácter fundamental do homem, a **cultura** e comunicada pela **linguagem**. Defende a importância original da **cultura** e dos seus códigos, desde a **linguagem** e esquemas **perceptivos**, às trocas, técnicas, valores e práticas – que constituem a ordem empírica em que os homens se situam. Admite que a evolução fez prevalecer o outro extremo da forma de pensamento e de conhecimento com teorias científicas e interpretações filosóficas, em que, quer a **linguagem**, quer a **representação**, se modificaram.

É este trajecto que importa a Michel Foucault: desde o século XVI, atendendo à **cultura** e forma de **conhecimento**, até ao século XIX com o predomínio da gramática, da história natural, da análise da Riqueza das Nações e da Economia Política, até ao predomínio do positivismo, não se perfilando uma evolução crescente e contínua, em que o racionalismo e o positivismo se afirmaram para, talvez, depois, se dispersarem ou se desvanecerem. Não considera inevitável, portanto, uma evolução do **conhecimento** segundo um progresso para uma **objectividade** firme, e apresenta uma postura diferente quanto à evolução do **conhecimento** que não é significativa de um progresso constante determinado para a precisão **positivista** mas, antes, reveladora de condições de possibilidade, até mesmo de diversas formas de **conhecimento empírico**.

Merece atenção a atitude de Michel Foucault em relação ao **conhecimento**, e da melhor maneira, citando expressamente alguns extractos da sua obra “*Les Mots et les Choses*”.

*“Nada de mais empírico do que a instauração de uma ordem entre as coisas ... mesmo na experiência mais simples, não há nenhuma semelhança, nenhuma distinção que não resulte de uma relação precisa e da aplicação de um critério prévio. Um sistema de elementos, com semelhanças e diferenças, é indispensável para estabelecer a ordem mais simples. A ordem é, ao mesmo tempo, a que há nas coisas como lei interior, a rede entre umas e outras, e o que existe não é senão através de uma grelha a partir do olhar, de uma atenção, de uma linguagem.*”

*É importante atender aos códigos fundamentais de uma cultura, desde a linguagem e esquemas perceptivos, às trocas, técnicas, valores e práticas que, à partida, para o homem são as ordens empíricas em que se situa e irá actuar.*

*O outro extremo do pensamento, o das teorias científicas e interpretações de filósofos explicam porque há em geral uma ordem, a que lei obedece, a que princípio se relaciona.*

*Entre as duas posições, tão distantes, há um domínio que, por ter sobretudo um papel intermediário, não é menos fundamental.*

*Assim, entre a primeira posição, a do olhar já codificado e a posição extrema do conhecimento reflexivo, há uma posição “**mediana**”: que se abre segundo as **culturas** e segundo as **épocas**, de modo contínuo e graduado ou fragmentado e descontínuo, ligado ao **espaço** ou constituído em cada instante impulsionada pelo **tempo**, como um **quadro de variáveis** ou como um **sistema de coerências**, composto de semelhanças que se seguem de perto ou se reflectem como um espelho. Esta posição “**mediana**”, na medida em que manifesta os modos da **ordem**, pode considerar-se fundamental: anterior às palavras e aos gestos que são supostos traduzi-la com a maior ou menor exactidão, é a **experiência da ordem** como primeira e jogando sempre um papel crítico. Porque em toda a **cultura**, entre o uso do que poderia chamar códigos ordenadores e as reflexões sobre a ordem, há a **experiência** nascida no meio colectivo e social dos modos de ser.”*

*É esta experiência que importa analisar, acentua Michel Foucault (p. 13), para “mostrar a que pode conduzir, desde o século XVI, no meio da **cultura**: de que maneira e remontando a contra-corrente – atendendo à **linguagem** que era exercida, aos seres tal como eram percebidos e organizados em grupos, às trocas tal como eram praticadas – pode a **cultura** manifestar que havia **ordem** e que às modalidades desta **ordem** as trocas deviam as suas regras, os seres vivos a sua regularidade e as palavras e seu encadeamento e valor representativo; que modalidades de **ordem** foram reconhecidas, questionadas ou ligadas com o **espaço** e o **tempo**, para formar o soco do **conhecimento** tal que se viria a desenvolver na gramática e na filosofia, na história natural e na biologia, no estudo da riqueza e da economia política.*

*Esta perspectiva não se relaciona com a história das ideias ou das ciências. Atende a reencontrar: a partir de quê, conhecimentos e teorias foram possíveis; segundo que **espaço** de ordem se constituiu o **saber**, e as **ciências** se construíram, e as **experiências** se reflectiram nas filosofias, e as racionalidades se formaram para talvez se dispersarem e desvanecerem-se em breve. A questão não será portanto a de conhecimentos descritos no seu progresso para uma objectividade em*



que a ciência poderia, enfim, hoje reconhecer-se. O que se pretende pôr à luz é o campo **epistemológico**, o **Epistema**, em que os conhecimentos, encarados fora de todo o critério que refira o seu valor racional ou as suas formas objectivas, manifestam assim **conhecimento**: o que deve revelar-se quanto ao **espaço** do saber são configurações que deram lugar às formas diversas do **conhecimento**.

A investigação mostrou duas grandes discontinuidades no **Epistema** da cultura ocidental: a que inaugura a Renascença, no século XVI e XVII, e a que no início do século XIX marca o limiar da nossa modernidade. A ordem sobre o fundo da qual nós pensamos não é a mesma que a anterior. Temos a bela impressão de um movimento quase ininterrupto da 'ratio' europeia desde a Renascença aos nossos dias; toda esta quasi-continuidade ao nível das ideias não é, sem dúvida, senão um efeito de superfície. De facto, o sistema das positividades mudou de uma maneira maciça na passagem do século XVI e XVII para o século XIX e XX. Não é que a razão não tenha feito progressos mas o modo das coisas e da **ordem**, que repartindo-as as abre ao saber, foi profundamente alterado. A história natural de Lineu passou a ter relação não só com a Biologia ou com a Anatomia com o evolucionismo de Darwin, mas também com a gramática, a análise da moeda e da riqueza de Turgot.

No saber, as **configurações** e as coisas definem sistemas de simultaneidade e mutações que circunscrevem o limiar de uma positividade nova.

A coerência que existia na Renascença, entre a teoria da **representação** e a da **linguagem**, a da ordem natural e a da riqueza e do valor, foi uma configuração que, a partir do século XIX, muda inteiramente; a teoria da **representação** como fundamento de todas as ordens possíveis modifica-se, assim como a **linguagem** como sistema espontâneo e enquadramento primeiro das coisas. As coisas isoladas são definidas na sua coerência própria e as formas de ordem são implicadas por uma continuidade, de tal modo que à análise das trocas e da moeda sucede o estudo da produção, a noção de organismo impõe-se, estabelecem-se diferenças para explicar em profundidade e um quadro de relações e de ordem atravessa-as. No limiar da modernidade, reflectiram-se entre as coisas, semelhanças, diferenças, equivalências, que fundam as palavras, as classificações, definindo um grande leque de identidades distintas sobre um fundo anterior que era relacional, mas não segmentado e sem definições das diferenças. Com

*o positivismo prevalece a possibilidade de expressar o que escapa à percepção directa e, por isso, a linguagem não tem o mesmo papel na teoria do conhecimento e o valor da ciência passa a deduzir-se e a conduzir-se pelos meios de apreender a realidade” (sublinhados nossos).*

## 2. Diferentes Epistemas em relação ao Espaço, realçados pelo Geógrafo Paul Claval

Paul Claval, um insigne geógrafo que se tem destacado por um brilhante percurso da Geografia Económica à Geografia Social e à Geografia Cultural, atribuiu relevância à obra de Michel Foucault e, nomeadamente, aos **Epistemas** e seu contributo para o conhecimento e epistemologia da Geografia.

*“No século XVI palavras e coisas eram percepcionadas ao mesmo nível, assim como diferentes mundos, o antigo e o moderno, eram parte do mundo em representações simbólicas da percepção ou do conhecimento cada vez mais alargado. A representação referia diferentes símbolos mas que, ao mesmo tempo, significavam o mundo. A realidade apercebia-se num só plano, não havendo uma dimensão de separação entre o mundo e o discurso que o apreende. O mundo é revelado por palavras e interpretação de semelhanças, analogias ou identidades em inter-relação mútua, de acordo com leis de relação universal, por uma empáfia que atrai o que é distante ou que se aproxima pela ideia de influência e difusão. A explicação baseava-se no símbolo e no elemento a que se referia o símbolo e deste modo a realidade representava-se universalmente transparente sobre o mundo”.*

*“Na primeira metade do século XVII, o sistema da Renascença foi sobreposto pelo sistema clássico”, como acentua Paul Claval. A propósito é importante referir como I. Wallerstein considera no decurso do século XVII “a criação de um sistema mundial capitalista”, “num período de reorganização fundamental”, “de grande esforço socio-político por parte das camadas dirigentes” e em que “o princípio da estratificação não era apenas preservado mas também reforçado”. “É sempre fácil encontrar exemplos de comportamento ‘não capitalista’ num mundo capitalista – em toda a Europa, tanto em 1650 e 1750 como em 1850 e 1950. A amálgama de empresas, comportamentos e estados ‘não capitalistas’ com empresas, comportamentos ou (o termo menos feliz de todos) estados capitalistas no seio*



*de uma economia – mundo capitalista não é anómala nem própria de um período de transição. Ela é a essência do sistema capitalista como modo de produção e revela como a economia – mundo capitalista afectou historicamente as civilizações com que coexistiu no espaço social”. “Embora o absolutismo protegesse ‘a propriedade e os privilégios aristocráticos’, assegurava, simultaneamente, os interesses essenciais das classes mercantil e manufactureira nascentes”. “Nem todas as monarquias absolutas eram Estados fortes ...e nem todos os Estados fortes eram monarquias absolutas. “O elemento-chave é a força do Estado e no século XVII os Estados mais fortes eram os que dominavam”.*

*Anteriormente, “o longo século XVI não foi simplesmente uma época de inflação. Foi um século estruturalmente revolucionário e a disposição de grandes grupos de pessoas para adoptarem ideias novas e radicais não foi seguramente o seu traço menos saliente. As ideias de humanismo e a Reforma tiveram nesses sectores um efeito arrebatador.”*

*“A contracção do século XVII não foi uma crise do sistema. Muito pelo contrário, foi um período de consolidação do sistema”.*

*“No século XVII, o classicismo, como o absolutismo, não foi uma descrição da realidade mas um programa – o programa da devolução das iniciativas culturais e políticas às camadas superiores, o melhor programa para digerir a mudança social fundamental representada pelo nascimento de uma economia – mundo capitalista” (I. Wallerstein, 1974, tradução 1994, vol. II, 40-42).*

*Salienta Paul Claval que “com o Racionalismo, sublinha-se o papel da Razão na justificação do conhecimento. A preferência pela Razão, em detrimento da **experiência** sensória, como fonte do **conhecimento**, passa a ter um papel central. O desenvolvimento mais significativo foi a ideia prevalecente no século XVII de que a fonte de **conhecimento** era a intuição intelectual e não sensória, de que os seres humanos teriam **experiência** no seu contacto com a matemática e com as ciências exactas dos naturalistas. A partir de então, a inteligência Ocidental deixou de perceber as **palavras** e as **coisas** ao mesmo nível, estabelecendo uma ruptura entre o Universo e a sua **representação**, mas formou uma ideia de representação subjacente a qualquer esforço de compreensão: nesta perspectiva os símbolos referem-se apenas a eles próprios mas, ao mesmo tempo, têm a propriedade de darem uma **ordem** do mundo; em vez de um **sistema** num só*

plano, havia um sistema em dois planos que não sendo distintos em profundidade, a sua representação pode manter-se, sobrepondo-se perfeitamente no topo da realidade”.

Como salienta Paul Claval, “a partir do século XVII o problema do **conhecimento** e da ciência é encontrar uma **linguagem** que realmente reflecte a ordem do mundo: a **linguagem** da matemática e da mecânica física para os familiarizados com a tradição de Galileu ou Cartesiana, mas também a outra **linguagem** para aqueles que tentam penetrar no sistema natural e da natureza; em ambos os casos é uma questão de revelar a **ordem** da realidade através da **linguagem**. O ideal da ciência universal é incrementada na Botânica mas também se destaca a forma linguística que se desenvolve noutro âmbito sob a superfície das formas e processos. O **Epistema** é então construído com um certo conceito de **linguagem**, as suas funções e aptidões para apreender a realidade. Não procura causas do mundo real nem tenta conhecer os objectos através de outros objectos: tenta colocá-los numa grande concepção da Natureza e compreendê-los em termos de que o que **precede** e o que **sucede** num quadro que não é **inanimado**. As ciências são como homólogas com uma gramática geral que é o seu modelo e incluem a proposta, a articulação, a origem, a derivação, e, especialmente em Botânica toma a forma de estrutura e determinação de características genéricas.

Como resultado de profundas mudanças nos conceitos de **conhecimento**, o **Epistema** clássico é substituído no início do século XIX pelo moderno **Epistema**. Pelas tendências do **conhecimento** em profundidade no final do século XVIII, a ciência descobriu **analogias** de forma, **similaridades** orgânicas; torna-se mais interessada em **funções** do que na **aparência**. A **linguagem** passa do estágio de gramática geral à formulação de **leis** e à concepção da autonomia de aspectos da linguagem que não são **transparências** da realidade, nem podem ser confundidas com a lógica das coisas, mas têm uma **lógica** própria. A ciência não é identificada com a **linguagem** mas com a **investigação** da realidade fora da linguagem. A base **Epistémica** não é a da relação entre **palavras** e **coisas**, mas é a partir do **sujeito** pela **observação** em que apreende **relações**, **estruturas**, o **ser** e as prevaletentes **forças** modelando a realidade.

Michel Foucault, com efeito, aponta a súbita atenção atribuída à vida, ao trabalho (social) e às palavras. Neste contexto, “as ciências, atendendo ao homem e à sociedade, de repente, estão investidas de



*um status especial: estão inerentes à dialéctica do sujeito observando o que é ao mesmo tempo seu **objecto** de estudo. E o **Epistema** que emerge na primeira metade do século XIX. Desde o início do século XIX a filosofia atende à natureza da linguagem considerando uma perspectiva da evolução temporal.*

Michel Foucault atende às práticas discursivas numa perspectiva histórica da sua sucessão. “A sucessão de **Epistemas** desde o século XVI revela o papel na história do **conhecimento** das práticas discursivas”. Em vez de considerar a história do pensamento como história das ideias na sua difusão e condicionamento social, Michel Foucault “reconhece e salienta a sobreposição e acumulação de discursos”. Passou a “predominar a orientação para o **conhecimento** científico mas, assim que se tenta apreender os seus discursos e o que os torna possíveis e constitui a sua própria lógica, somos levados a moderar a oposição usualmente estabelecida entre **ciência** e outras formas de **conhecimento**: os discursos modelados sobre a realidade constituindo **ciência** não podem ser construídos sem um discurso e práticas de observação que também estão reflectidas no conhecimento que, se não tem a mesma exactidão é, no entanto, totalmente diferente de uma amálgama não estruturada de preceitos e ideologias ditadas pelo interesse”. Michel Foucault refere como as “**ciências médicas** e outras leis se desenvolveram ao mesmo tempo que se se incrementaram técnicas de observação que contribuíram proporcionando-lhes percepção dos factos que os tornaram possíveis”.

### **3. Diferentes Epistemas e Configurações e Representações do Espaço**

As perspectivas que foram realçadas referem aspectos fundamentais da percepção e representações do Mundo e que podem ser referenciados à escala de Lisboa, sua imagem e representação emergente e engrandecida a partir do século XVI, não só em textos de autores nacionais ou estrangeiros mas, principalmente, na cartografia, em mapas e figuras gráficas como linguagem e forma de expressão específicas da Geografia. É esta relação entre as formas de conhecimento e a representação e linguagem em imagens, mapas e gravuras que importa salientar.

Na representação do mundo, os mapas revelam diferentes imagens em que se denotam discontinuidades nítidas quanto à percepção, repre-

sentação, formas de linguagem e comunicação expressas na concepção e elaboração dos mapas, primeiro esquematizadas por Geógrafos e, progressivamente, mais detalhadas com o progresso da Cartografia.

Assim, é no século XVI, com a divulgação da Imprensa, que se torna conhecida a representação medieval dos continentes em forma de trevo de três folhas – Europa a Ocidente, Ásia a Oriente e África ao Sul – em que o centro é Jerusalém, por influência da inspiração da Bíblia (Fig. 1). Era um profundo contraste com a representação dos antigos Gregos com preocupação pela medida, com Erastostenes e Ptolomeu, e descrição detalhada, por Heródoto: o Mediterrâneo era o centro atendendo à sua representação, a partir de Rhodes, mais detalhada, não só na margem norte (Europeia) como também até ao Nilo e Bizâncio (Fig. 2).

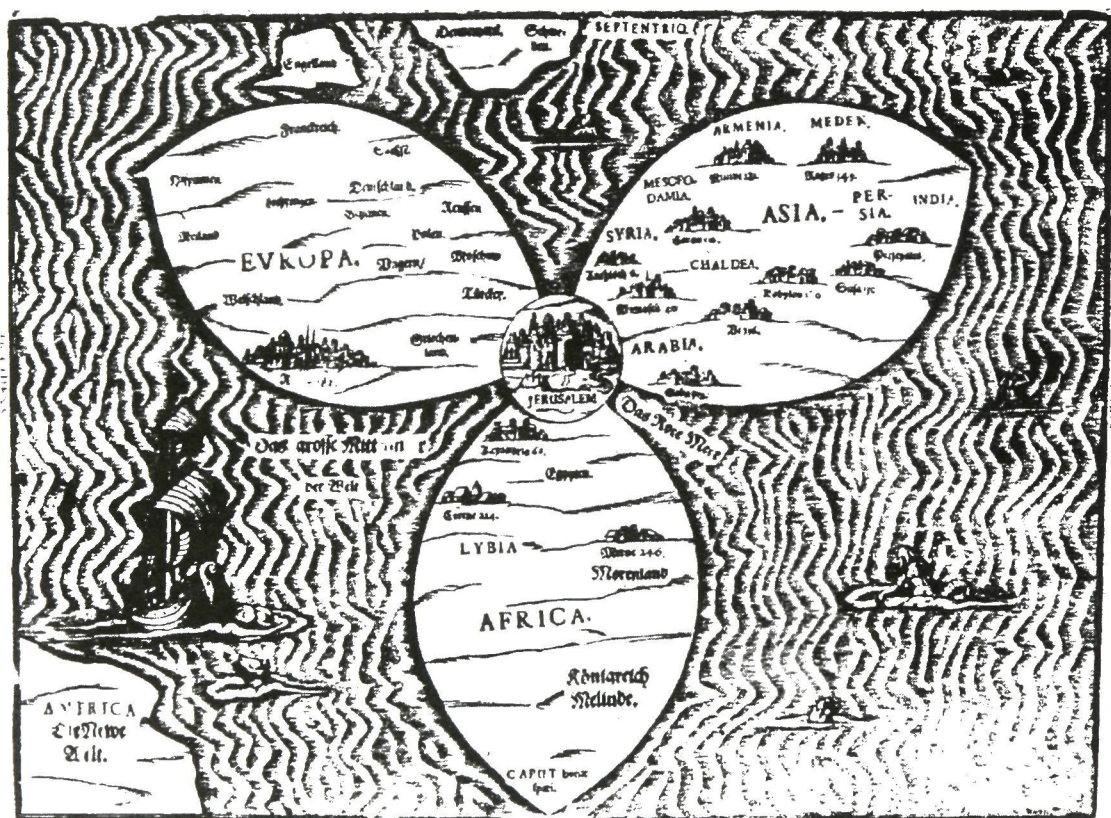


Fig. 1 – Mapa como representação teológica, primeira edição em 1581



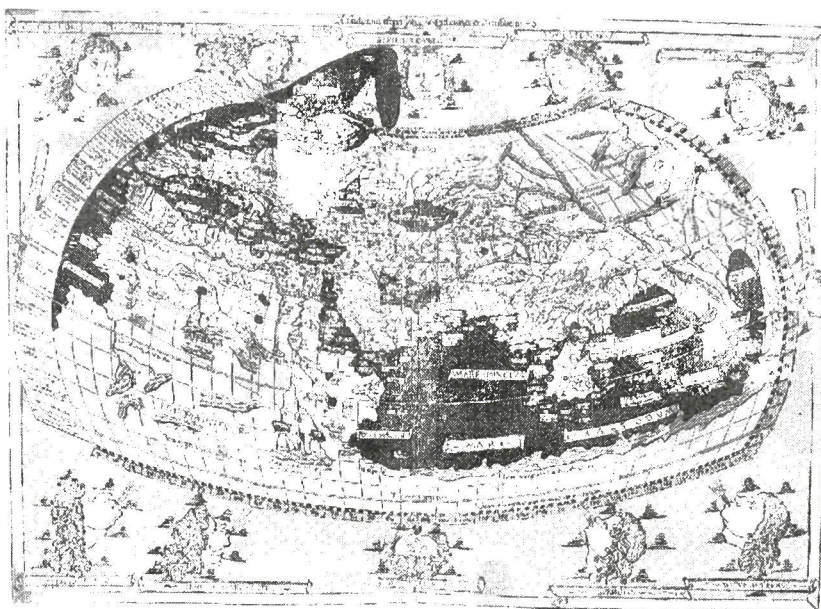


Fig. 2 – Mapa da *Geographia* de Ptolomeu, primeira edição em 1482

A influência de Ptolomeu foi decisiva e evidente no mapa de Abraham Ortelius de 1588 (Fig. 3), na sequência de outro de 1574 associado às edições anteriores de *Epitome*. Aquele, de forma oval foi elaborado a partir do mapa do mundo inserido no *Theatrum* e também nas edições posteriores do *Epitome* até 1612.



Fig. 3 – Mapa de Abraham Ortelius, 1588

Na Cartografia do século XVII, na representação do *Globo Terrestre Conhecido* distinguem-se já dois Hemisférios (Fig. 4). Num, em relação à Europa estão nomeados o Continente da Ásia, por um lado, e a África Antiqua, por outro lado. No outro Hemisfério está nomeado o Continente Novo; está representada a configuração do litoral Atlântico da América do Norte, assim como a da América Central no bordo do Pacífico – o espaço das velhas civilizações dos Maias, Aztecas – e ainda o istmo correspondente ao território do México; é completo o contorno da América do Sul com a designação de Índia Occidental e salientando a Bahia como um promontório extenso protuberante e, portanto, o mais próximo da Europa.

No final do século XVII – princípios do século XVIII, na cartografia é sublinhada a representação de dois “Hemisférios (Fig. 5) em que a configuração do primeiro reconhecido é minuciosa, representando com detalhe o espaço da Europa ao extremo Oriente e a conjunção da África em que se destaca a costa ocidental; no outro Hemisfério é representada apenas com pormenor a costa atlântica da América do Norte e a faixa do Mississipi até ao Pacífico, realçando a Sul toda a América Central e América do Sul, destacando-se saliente a costa da Bahia. O mapa representa ainda os dois Antípodas e, nos cantos, diagramas astronómicos.

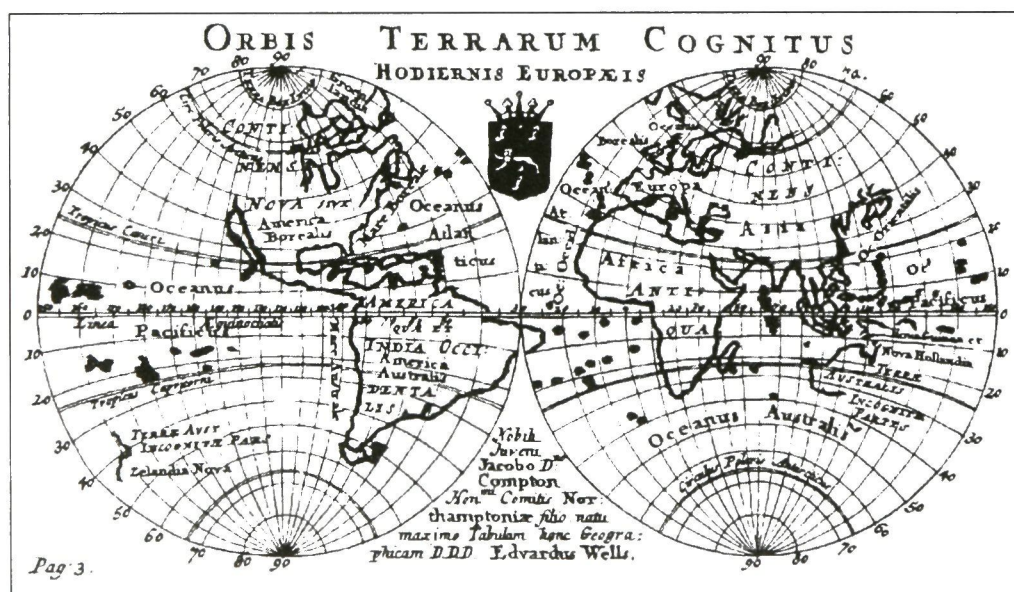


Fig. 4 – Mapa de *Orbis Terrarum Cognitus*, 1688



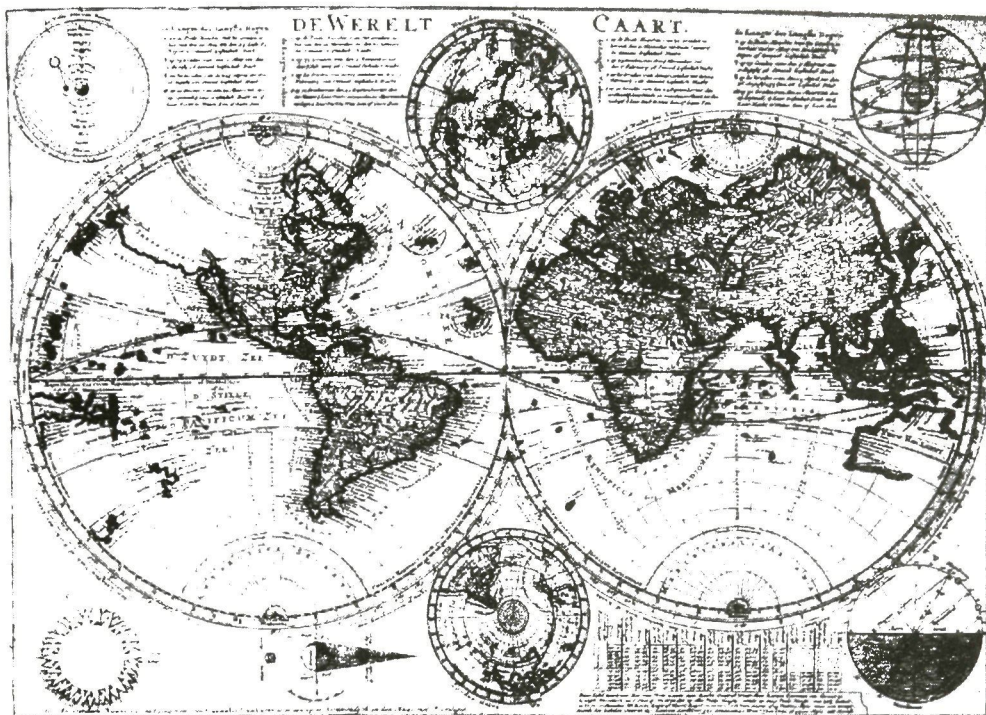


Fig. 5 – Mapa com representação das recentes descobertas e diagramas astronômicos, 1700

Se atendermos aos mapas e gravuras do século XVII, como representação do espaço em Portugal, evidenciam-se também aspectos e características específicas quanto à percepção, representação, forma de conhecimento, linguagem e expressão e comunicação. Em relação ao território de Portugal, é célebre o mapa de Álvaro Seco (1639), representando com detalhe a configuração do Litoral percorrido pelas caravelas e naus no Oceanus Occidentalis e figurando o Interior, menos conhecido e distante, como extenso, em que o contorno não traduz a distância métrica mas a percepção de espaços longínquos e excêntricos encravados nos territórios vizinhos de Leão, Castela e Andaluzia (Fig. 6).

Quanto à capital do Estado, Lisboa no estuário do Tejo, a sua representação em gravuras do século XVII é tão importante que não poderíamos deixar de destacar: numa gravura anterior a representação era num só plano, não havendo uma dimensão de separação entre a baixa ribeirinha, sítio do Paço Real e da plataforma de embarque e



Fig. 6 – Mapa de Portugal, de Álvaro Seco, 1639

desembarque de naus e caravelas, e o limite a Norte do Rossio, e a Leste, destacando as igrejas de S. Vicente e de S. Estêvão, e a Oeste, salientando a igreja de Sta. Catarina, circunscrevendo-se assim os símbolos e a representação da realidade como universalmente transparente para o mundo (Fig. 7).

Esta representação é, sem dúvida, diferente da ilustrada numa gravura do século XVII (Fig. 8), em que figuram no primeiro plano as naus e caravelas, símbolo do tráfego e da riqueza, diante do centro que era o Paço da Ribeira (e o Terreiro do Paço) e, atrás, os pináculos de Igrejas e Palácios, como imagem de poder do Estado e do Rei, da Aristocracia e da Igreja e, ao mesmo tempo, das actividades mercantis em crescimento.

Se atendermos à representação cartográfica da cidade de Lisboa moderna evidencia-se o detalhe da representação mediante técnicas de observação e análise que permitem distinguir diferentes traçados de ruas, o contraste entre os espaços densamente ocupados pela constru-



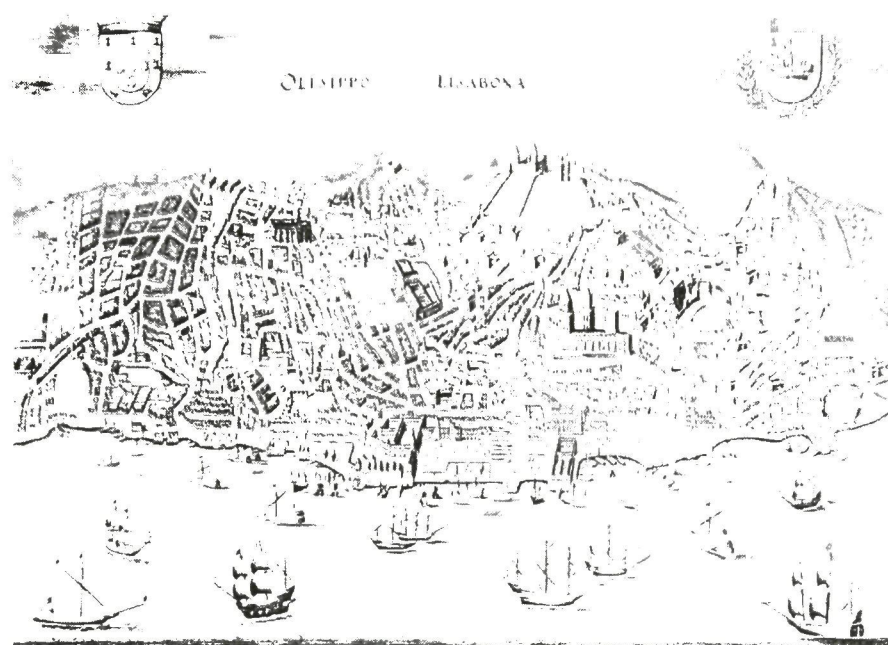


Fig. 7 – Mapa de representação de Lisboa, princípios do séc. XVII



Fig. 8 – Mapa de representação de Lisboa, final do séc. XVII

ção, e os espaços com uso agrícola ou arbóreo, assim como a tendência da urbanização: Lisboa estava em expansão no século XIX, crescendo para Norte, do Rossio até ao Campo de Santana ou em torno de S. Bento, e ao longo do estuário a construção do espaço alargava-se na área Ocidental não ultrapassando, porém, ainda o vale de Alcântara, enquanto na área Oriental, o campo de S. Clara (Feira da Ladra) permanecia como limite (Fig. 9). A partir de meados do século XIX, o alargamento da cidade de Lisboa para Norte intensifica-se; depois de criado o Passeio Público, é planeada, no último quartel do século XIX a Avenida da Liberdade que o atravessa e, além da Rotunda do Marquês de Pombal, o Parque Eduardo VII, a Avenida Fontes Pereira de Melo em direcção à Praça do Duque de Saldanha, a urbanização das Avenidas Novas a ocidente da Avenida da República, o Campo Pequeno e, enfim, o Campo Grande (Fig. 10). Foi uma época de grande voluntarismo empenhado na expansão da cidade de Lisboa e em múltiplos projectos e planos elaborados e apresentados, denotando-se uma concepção dominante funcional articulando praças ou rotundas, artérias lineares e construção do espaço em quadrícula (Fig. 11).

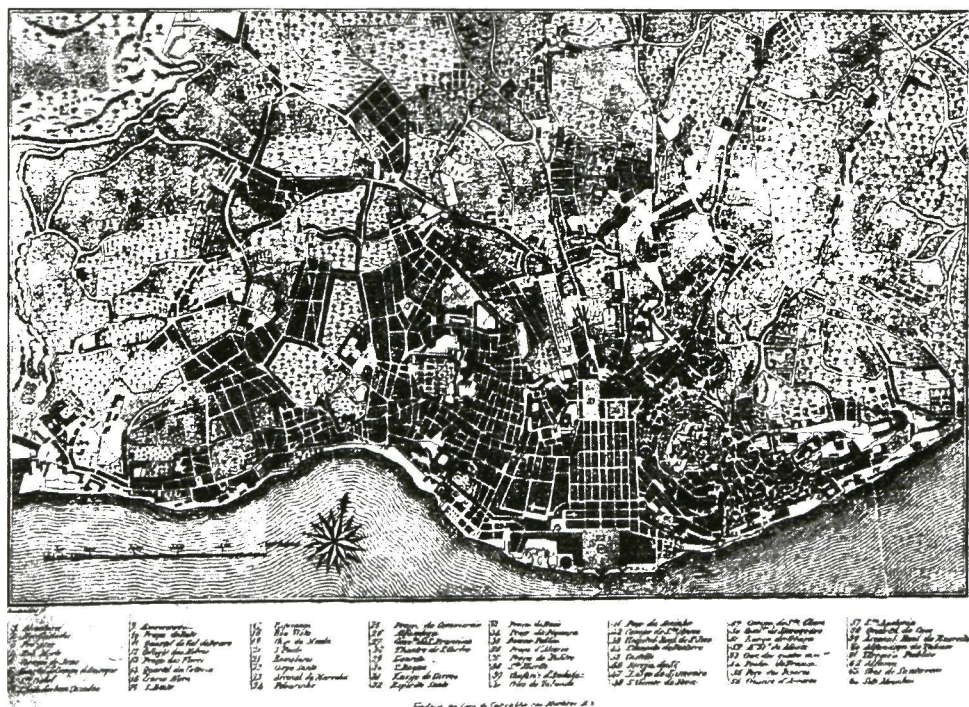


Fig. 9 – Mapa de Lisboa em 1826



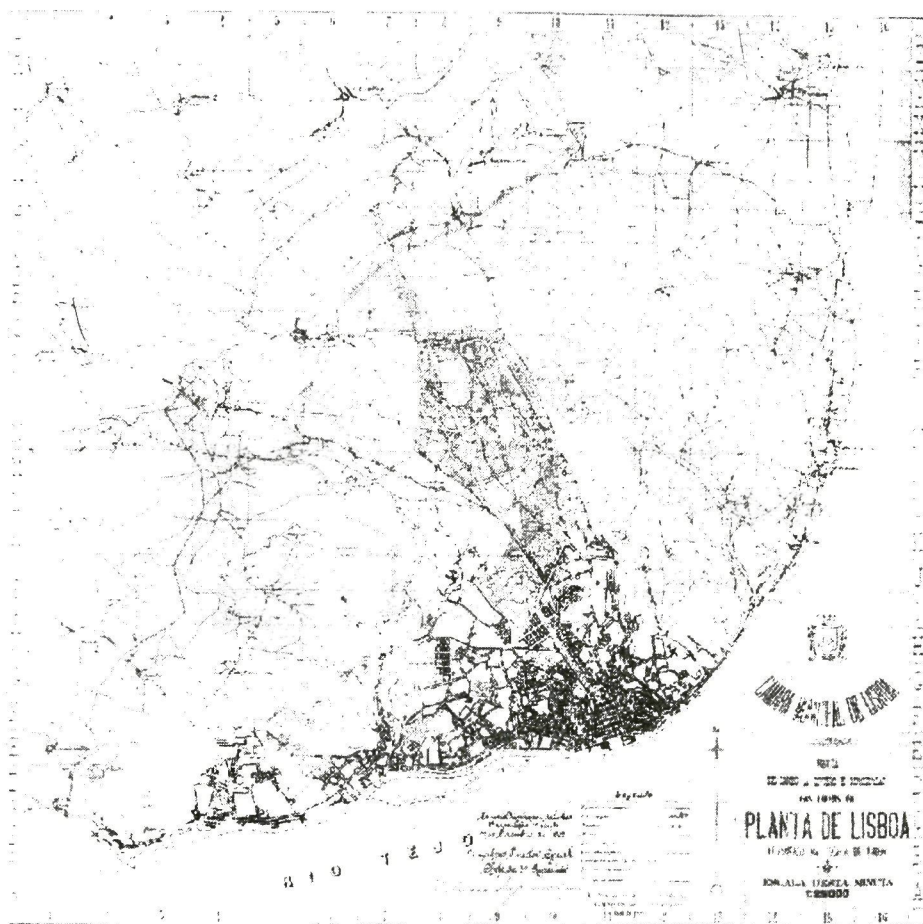


Fig. 10 – Mapa com representação do Plano de expansão da cidade de Lisboa para Norte, no último quartel do séc. XIX

#### **4. As Palavras da Geografia, salientadas pelo Geógrafo Roger Brunet**

Não poderíamos deixar de referir como notável, uma obra singular de um distinto Geógrafo – Roger Brunet, *Les Mots de la Géographie*. As *Palavras da Geografia* são a síntese moderna sobre a cognição e linguagem em Geografia numa perspectiva contrária à tendência para a sistematização positivista linear e unilateral; salienta-se o conhecimento em que a palavra, a representação, a linguagem e a semântica se conjugam para aceder à totalidade dos fenómenos e dos factos da Geografia no contexto espaço-tempo, realçando assim uma *Epistemologia da Geografia* em que o sujeito e objecto não estão separados e a importância da observação e do observador não implica a anulação da explicação causal em relação ao espaço.

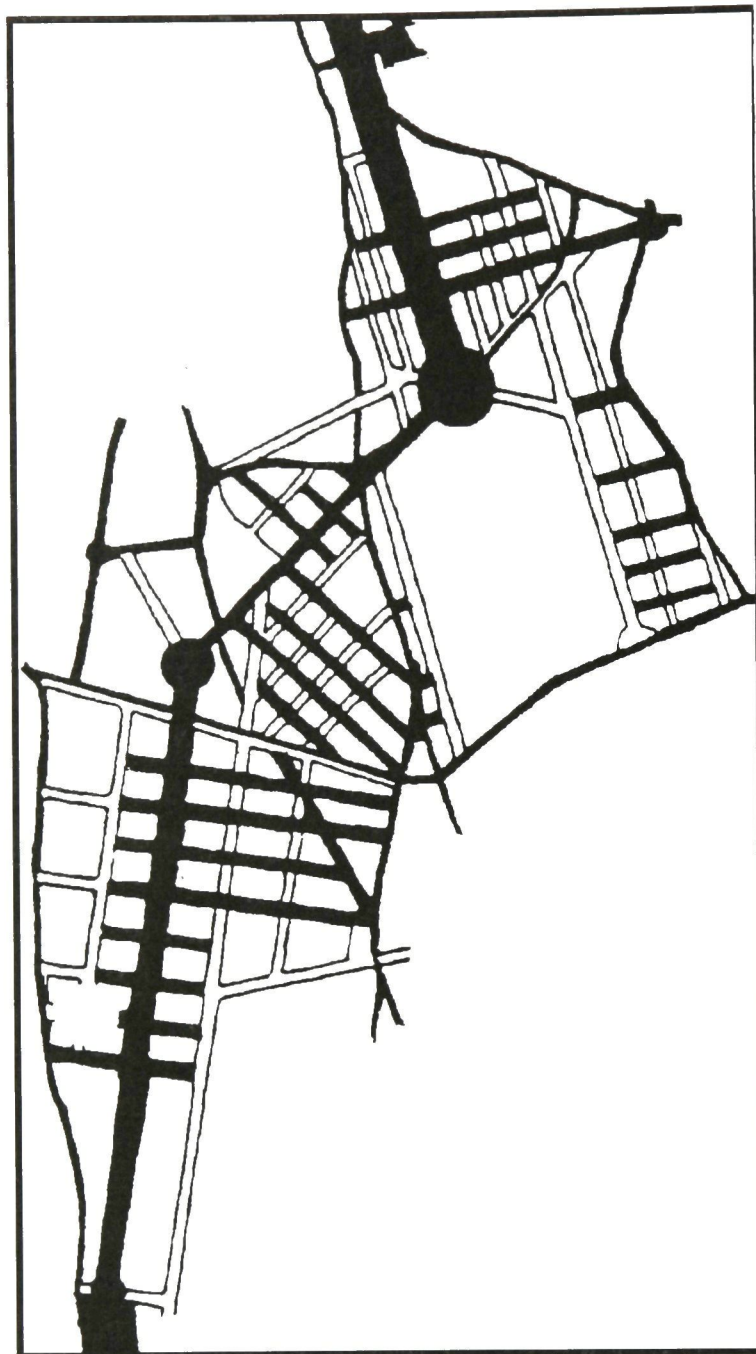


Fig. 11 – Mapa com a representação do Plano da expansão da cidade de Lisboa, da Rotunda do Marquês de Pombal até ao Campo Pequeno e Campo Grande, no final do séc. XIX

*“A representação muda rapidamente assim como as palavras. E as diferenças são tão mais sensíveis quanto a uma disciplina como a Geografia em que as modificações estão relacionadas com o espaço da vida, de representações e acções, e configurações espaciais. As*



*palavras da Geografia revelam e suscitam uma posição crítica de análise e síntese; crítica no sentido original que Kant considerava em relação ao Espaço em que se evidencia Localização, Posição e Situação, Interação e Movimento, Redes e Sistemas. Assim, as palavras têm um sentido e uma direcção quando proferidas na linguagem e, por isso, são importantes as palavras e considerá-las numa perspectiva quanto à Situação. E, pois, menos importante fixá-las do que situá-las.*

*A linguagem corrente e mesmo da literatura e de outras ciências empregam frequentemente imagens, analogias, metáforas que advêm do campo da Geografia e da representação do Espaço, afectando-as de um sentido relevante para a linguagem. As metáforas, símbolos e parábolas multiplicam-se e apercebemo-nos cada vez mais a que ponto a Geografia, que atende ao mesmo tempo ao Espaço e aos espaços vividos, por acção e actividade, e ao meio em que se exercem, representa uma perspectiva importante da vida e das actividades assim como das aspirações da humanidade no Mundo. Os territórios da humanidade são da vida quotidiana, dos seus horizontes e das suas aspirações. É preciso que cada vez mais os geógrafos afirmem a sua posição e a expressem por uma linguagem e por palavras próprias da lógica da Geografia como da vida quotidiana, de actividades e acções, por representação e comportamento no espaço. E importante reconhecer a que ponto a Geografia hoje participa no movimento de ideias e na linguagem das palavras como dominação, natureza, forma, fenómeno, símbolo, sentido, diferença, identidade, desenvolvimento, poder: palavras da ciência e do conhecimento, palavras do pensamento, palavras da consciência, palavras da vida quotidiana. A Geografia da cidade é não só uma ideia mas uma construção, e associada a conceitos relacionais como posição, sítio, acessibilidade, atracção, lugar (de contradições?) ou utopia, por isso de grande polisemia e complexidade de perspectivas, assim como também nos Projectos, Planos, Planeamento (sublinhados nossos).*

## **Em conclusão**

*A Cognição e Linguagem na concepção e comunicação através de mapas, esboços, gráficos é desde as origens, uma prática da Geografia. As diferenças entre estes documentos, como os aqui seleccionados, exemplificam diferentes Epistemas, conforme salientados por Michel Foucault e consoante realçados pelo Geógrafo Paul Claval.*

A palavra tem primeiro lugar no pensamento, imprescindível no conhecimento pela experiência, representação, e indissociável da intencionalidade e acção. A obra do Geógrafo Roger Brunet – *Les Mots de la Geographie* – atribui o grande valor à palavra em Geografia e constitui uma fonte fundamental para a *Epistemologia* da Geografia e uma base de elevado critério para a Geografia e Planeamento Regional.

## **Bibliografia**

- BOURDIEU, Pierre, 1982, *O Que Falar Quer Dizer*, tradução 1998, Difel, Lisboa.
- BRUNET, Roger et FERRAS, R., THÉRY, H., 1992, *Les Mots de la Geographie. Dictionnaire Critique*, Reclus, La Documentation Française.
- CLAVAL, Paul, 1981, “Epistemology and the History of Geographical Thought”, in D.R. STODDART, *Geography, Ideology and Social Concern*, Blackwell, London.
- DAINVILLE, François, 1964, *Le langage des géographes: termes, signes, couleurs de cartes anciennes, 1500-1800*, Paris
- DRIVER, Felix, 1996, “Geography’s Empire: Histories of Geographical Knowledge”, in DANIELS, Stephen e LEE, R. (eds), *Exploring Human Geographie*, Arnold, London.
- FOUCAULT, Michel, 1966, *Les mots et les choses*, Gallimard, Paris.
- HARLEY, J. Brian, 1996, “Maps, Knowledge and Power” in DANIELS, Stephen e LEE, R. (eds), *Exploring Human Geographie*, Arnold, London
- MARQUES, António, 1999, “O Estatuto da Expressão em Wittgenstein”, *Cadernos de Filosofia*, nº 5, 45-67, Instituto de Filosofia da Linguagem, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.
- SEARLE, John R., 1999, “A Explicação da Cognição”, *Cadernos de Filosofia*, nº 5, 9-44, Instituto de Filosofia da Linguagem, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.
- SHIRLEY, Rodney W., 1984, 1987, *The Mapping of the World. Early Printed World Maps 1472-1700*, The Holland Press Ltd. London.
- WALLERSTEIN, Immanuel, 1974, *O sistema Mundial Moderno*, Vol. I, II, Tradução 1990, Edições Afrontamento, Porto.